



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

Município de Tomar

ATA n.º 14

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, conforme o nº 1 do Art.º 11º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 21º do Regimento da Assembleia de Freguesia com a seguinte ordem de trabalhos: PAOD – Nos termos do Art.º 52º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; Ponto Um – Discussão e Votação das Atas n.º11, 12 e 13 das sessões anteriores, ordinária e extraordinárias; Ponto Dois - Análise, Discussão e Votação do Relatório de Gestão e Conta de Gerência relativo ao ano financeiro de 2019; Ponto Três – Análise e Discussão e Votação do Inventário; Ponto Quatro – Análise, Discussão e Votação do Regulamento de Licenciamento de Canídeos e Gatídeos; Ponto Cinco – Análise, Discussão e Votação da alteração do Regulamento e Tabela Geral das Taxas e Licenças (art.º425 da Lei 2/2020 de 31 de março); Ponto Seis – Apreciação e Discussão da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia; Ponto Sete – Outros assuntos de interesse para a freguesia. -----

Na bancada do PSD registaram-se as faltas, justificadas, dos vogais, José Manuel Perfeito e Isabel Maria Conceição que foram substituídos respetivamente, por Ana Isabel Palmeiro e Ricardo Carlos. Na bancada do PS, registou-se a ausência, igualmente justificada, de Joana Nunes, tendo sido substituída por João Tapadas. Na bancada da CDU, registou-se a falta, também justificada, de Anabela Mota, que foi substituída por, Rogério Pires.-----

Verificaram-se as presenças de João Alberto Marques Cardoso (PS), Victor Manuel Lopes Duarte (PS), João de Jesus Tapadas Marques (PS), Maria da Luz Santos Fortes Sousa (PS), Brísida de Freitas Antunes Arsénio (PS), Jaime Neves Antunes (PS), Tiago Manuel Henriques Carrão (PSD), Ricardo Jorge Martins Carlos (PSD), Joaquim



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

Município de Tomar

Dias Palricas (PSD), Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado (PSD), Marco António Rosa Marques (PSD); Filipe Carlos Silva Vintém (BE) e Rogério Martins Pires (CDU).- Não se tendo verificado a intervenção do público, por imposição de normativos legais resultantes do estado de pandemia nacional, entrou-se no PAOD. Ricardo Carlos referiu que, no passado, duas moções do PSD entregues à mesa foram recusadas por não terem respeitado o prazo de entrega regulamentarmente estabelecido. As propostas do PS e CDU, que regimentalmente entraram a tempo, chegaram aos vogais com uma antecedência inferior à proposta do PSD em 2019 (que entrou regimentalmente fora de tempo), cuja discussão foi recusada. O presidente justificou este facto com a excecionalidade da pandemia e sobretudo por esse prazo ter coincido com o fim-de-semana. Disponibilizou-se, no entanto, para que esses documentos fossem retirados da ordem do dia, ao que todas as bancadas anuíram a que esses documentos se mantivessem em análise. Rogério Pires (CDU) alertou para a necessidade de limpeza das ruas e recolha do lixo. Apontou ainda outras limitações, como a ausência de número de telefone camarário para a recolha de lixo de grandes dimensões, os “monos”, solicitando que a Junta pressione os competentes serviços camarários. A Recomendação Recolha de Resíduos Sólidos, da iniciativa do PSD foi defendida por Ana Palmeiro, em que solicita que a Junta pressione a CMT para o desempenho cabal dessa função. João Tapadas entende que o tema é pertinente, justificando um pouco o estado atual em resultado da pandemia, em que as pessoas retidas em casa investiram nas arrumações, com o natural acréscimo de resíduos. Por outro lado, a mudança de serviço da recolha do lixo criou algumas perturbações na sua eficácia. Augusto Barros informou que este tema tinha sido objeto de análise na anterior reunião da Assembleia Municipal. Face às alterações introduzidas neste serviço, ainda não foi possível adquirir as necessárias rotinas. Informou, no



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

Município de Tomar

entanto, que existe um número telefónico para a recolha dos “monos”. Alertou que há por vezes alguma falta de civismo dos cidadãos colocando no exterior todo o tipo de resíduos sem uma comunicação prévia aos serviços competentes. Informou que o pessoal da Suma está a recolher os lixos, sendo acompanhado por funcionários da CMT, de modo a conhecerem os circuitos. Os produtos a reciclar são recolhidos pela Resitejo e o restante lixo pela Tejo Ambiente. Os comerciantes locais dispõem no seu estabelecimento do serviço da Resitejo para a recolha de cartão. A moção Plataforma do Comércio Local, da iniciativa do PSD, foi defendida por Tiago Carrão invocando o interesse para o comércio local. João Tapadas, apesar de achar positiva a sugestão, entende que a Acitofeba é o organismo mais vocacionado para esta tarefa. Alertou ainda para a existência de serviços gratuitos com estas funções. Filipe Vintém entende que os recursos públicos da Junta não devem apoiar diretamente quem tem fins lucrativos. Para esse efeito, existirão as associações de comércio. Realizada a votação, verificaram-se sete votos contra (PS e BE), uma abstenção (CDU) e cinco votos a favor (PSD). Seguiu-se a moção: “Voto de Louvor e Reconhecimento a todo o corpo clínico e funcionários deste Centro Hospitalar” do PS e lida pelo presidente da reunião. Rogério Pires sugeriu alterações ao texto introduzindo-lhe questões relativas à valorização salarial e de carreira dos profissionais de saúde. Joaquim Palricas alertou que falta referir outras carreiras profissionais como a PSP, a GNR, os Bombeiros... Entende que este voto pode ser entendido como um voto de traição, porque a entidade patronal do pessoal de saúde não o dotou dos bens necessários à sua defesa. Independentemente deste voto, os profissionais de saúde já viveram situações difíceis como esta. É a sua experiência profissional. Vitor Duarte aceita a moção tal como está redigida e confessa que tem familiares a trabalhar no hospital. Rogério Pires afirma que a moção é política e afirmações desta natureza estão a cair mal



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

Município de Tomar

no pessoal de saúde. Se lhes reconhecem empenhamento, então que valorizem as suas carreiras. O presidente declarou que se trata de uma atitude de boa fé e reconhecimento e que não cabe a esta assembleia discutir as questões salariais de qualquer carreira profissional. Augusto Barros entende que o Serviço Nacional de Saúde devia ser mais apoiado e que esta moção é apenas um gesto de gratidão. Feita a votação, a mesma moção foi aprovada por unanimidade. Seguiu-se a moção da iniciativa da CDU sobre a situação nos CTT, defendida por Rogério Pires. Tiago Carrão aludiu aos transtornos graves que se verificam em Tomar ao nível dos CTT, pelo que acha pertinente a abordagem desta questão. Filipe Vintém alega o facto de ser uma empresa privada a realizar serviço público, o que nem sempre dá bom resultado. Outros vogais se pronunciaram sobre o mau funcionamento deste serviço. Augusto Barros acha bem que esta assembleia se debruce sobre este problema e confessa que a moção a ser aprovada será encaminhada para o seu destinatário. E informou que esta matéria foi objeto de aprovação por todos os líderes na assembleia municipal. Reconhece que o problema principal reside na distribuição e refere que o posto dos CTT sediado na Junta tenta minorar um pouco este problema. Feita a votação, a moção foi aprovada por unanimidade. Ainda neste ponto da OT, Tiago Carrão colocou três questões: 1. Atrasos das obras na cidade e barreiras de pedras enormes colocadas no acesso aos stands da Av. Nuno Álvares Pereira. 2. Contratos interadministrativos – Tiago Carrão questiona a repartição dos valores por obra (pavimento e valetas). 3. Transferência de competências – gestão e manutenção de espaços verdes. Rogério Pires informou que a CDU fez visita à Av. Nuno Álvares Pereira e confessa que os acessos às lojas ficam muito dificultados. Por outro lado, sendo uma empresa de pequena dimensão, a obra vai arrastar-se no tempo. Ricardo Carlos afirma que o projeto teve uma aprovação técnica e política e por isso a CMT tem responsabilidades nos



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

Município de Tomar

atrasos da obra. Por outro lado, questiona onde estarão os abat-jours dos candeeiros que foram substituídos. Respondendo às questões colocadas, Augusto Barros, sobre contratos interadministrativos, informou que foram convidadas, a apresentar propostas, quatro empresas do ramo. Sobre a delegação de competências, é matéria que continua pendente, não voltou a haver reunião sobre essa questão. Relativamente às obras, a Junta solicitou reunião à presidente da CMT. Dizia-se que a referida avenida iria ficar diminuída. A CMT assegurou que ninguém vai ficar sem acesso às lojas/garagens, segundo a tipografia aprovada. E todos vão ter três metros de largura no acesso às entradas dos estabelecimentos. Há a hipótese de as obras serem entregues a outro empreiteiro. Há a possibilidade de se estacionar, não de parar na faixa de rodagem. E critica o boato mal intencionado. Informou ainda que a presidente da CMT convidou todos os presidentes de Junta para um debate de ideias. Sugeriu a realização de pequenas festas pelas aldeias dinamizadas por associações culturais, o que não foi aceite porque a legislação não o permite. Na 4ª feira seguinte haveria reunião na CMT com as associações para abordagem de apoios a conceder. A própria Junta não desenvolverá a Junt'Anima. Esclareceu ainda o processo relativo à concessão de casa de habitação no Bairro do Colégio a um casal com fracos recursos económicos. A Junta autorizou a ocupação, na qualidade de zeladora, os interessados comprometeram-se a fazer as obras de melhorias. Relativamente aos candeeiros, uns ficaram para a empresa que está a efetuar a substituição e outros foram encaminhados para a FAI. Passou-se de seguida ao ponto um da OT. As atas nºs 11, 12 e 13 foram aprovadas por unanimidade. No ponto 2 da OT Rogério Pires colocou um conjunto de questões que o tesoureiro foi esclarecendo. Sobre o ponto relativo ao posto dos CTT colocado na Junta, Augusto Barros esclareceu que não é intenção da Junta ganhar dinheiro com aquela iniciativa, mas ir de encontro



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

Município de Tomar

às necessidades dos fregueses, e que é a Anafre que negocia cada um dos pontos do acordo. Tiago Carrão critica que a Junta fique pendente dos dinheiros públicos e não busque outras fontes de financiamento. E nota que o apoio social concedido é de apenas 42%. Ricardo Carlos interroga-se sobre os valores do pago e recebido, página 4 do documento. Augusto Barros, em resposta a Tiago Carrão, expõe as responsabilidades sociais da Junta. E refere a ação desenvolvida junto de crianças desfavorecidas no sentido de estas não passarem fome até ao mês de setembro. Tiago Carrão estranha que não seja a CMT, que tem mais trabalhadores e um orçamento mais robusto, a desenvolver essa ação social. Feita a votação, o ponto foi aprovado com cinco votos contra do PSD, uma abstenção (CDU) e sete votos a favor (PS e BE). No ponto 3. da OT, Ricardo Carlos critica a não atualização do inventário. Realizada a votação, o ponto foi aprovado com cinco votos contra (PSD), uma abstenção (CDU) e sete votos a favor (PS e BE). No ponto 4. João Tapadas invoca a sua experiência pessoal como caçador para apelar à responsabilidade na posse dos canídeos. Critica quem não licencia os canídeos e os gatídeos privando a Junta de uma fonte de receita. Joaquim Palricas sugere que o regulamento seja melhorado nomeadamente nos seus artigos nºs 8 e 9. José Maria prometeu corrigir o mesmo regulamento, no futuro. Este ponto da OT foi aprovado com cinco votos contra (PSD) e oito a favor (PS; BE e CDU). No ponto nº 5 da OT, como ninguém se inscreveu para o debate, o mesmo foi aprovado com cinco votos contra (PSD) e oito a favor (PS; BE e CDU). O PSD irá entregar declaração de voto no que respeita aos pontos dois, três, quatro e cinco. No ponto nº 6., Joaquim Palricas critica a falta de transparência de algumas afirmações e Ricardo Carlos critica também a presença de erros ortográficos ou outros em documentos oficiais da Junta. No ponto 7. Tiago Carrão considera grave que as faturas da Tejo Ambiente não tragam código de barras e dessa forma limitam os



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

Município de Tomar

pontos de pagamento. Sugere colocar ecoponto no final da rua Diogo de Arruda, junto à loja “José Lourenço”. Relativamente à candidatura ao projeto Ecofreguesias, está pendente da reunião da comissão (em sede de AF) para a preparação da candidatura. Referiu-se ainda ao relançamento do programa “Adaptar” para as empresas no portal 2020. Refere que a candidatura é fácil e dispõe-se a dar uma ajuda técnica. Ricardo Carlos sugere que se acautele o número exagerado de votantes em cada mesa. Sugere também uma correção na colocação do sinal STOP na Choromela. Augusto Barros expõe a necessidade de mudar o local de alguns ecopontos mas tem de ser com a colaboração da CMT. A solução para as mesas de votos passa por instruir as pessoas a dirigirem-se aos assistentes técnicos presentes no local para esclarecerem as suas dúvidas. Rogério Pires interroga-se sobre o porquê das curvas da via junto da ETAR de Marmelais de Baixo. Augusto Barros esclareceu a razão e espera que brevemente o problema esteja solucionado. E até ao momento poucas associações pediram o apoio ao associativismo. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros da mesa.----

O Presidente:

Ricardo Carlos

O 1º Secretário:

Rogério Pires

O 2º Secretário:

Vicente Manuel Lopes Duarte